

Sumário

Apresentação	21
---------------------------	-----------

Capítulo 1 — Os métodos de solução dos conflitos trabalhistas

1. Os conflitos trabalhistas e seus métodos de solução	25
2. A mediação	27
3. A mediação pelas comissões de conciliação prévia	27
4. A criação e o funcionamento das comissões de conciliação extrajudicial	27
5. Os tipos de demandas sujeitas à conciliação prévia	30
6. A necessidade da conciliação extrajudicial	31
7. A eficácia da quitação nas conciliações extrajudiciais	32
8. Os limites territoriais das comissões de conciliação prévia	34
9. A arbitragem	35
10. A arbitragem na Lei n. 10.101/00	39
11. A solução jurisdicional	40
12. Análise sobre os métodos de solução de conflitos	41

Capítulo 2 — Princípios de direito processual do trabalho

13. O conceito de direito processual	42
14. As tutelas jurisdicionais	43
15. Os princípios de direito processual do trabalho	44
16. Princípios constitucionais do direito processual	44
17. O devido processo legal	45
18. O princípio da isonomia	46
19. Do juiz natural	47
20. A inafastabilidade do controle jurisdicional	47
21. Do contraditório	48
22. A motivação das decisões judiciais (CF, art. 93, IX)	49
23. A duração razoável do processo (CF, art. 5º, LXXVIII)	50
24. Princípios do direito processual	52
25. Princípio dispositivo	52

26. Princípio do impulso oficial	53
27. Princípio da oralidade	54
28. Princípio da instrumentalidade das formas	55
29. Princípios específicos do direito processual do trabalho	56
30. Princípio do protecionismo ao trabalhador	57
31. Princípio da majoração dos poderes do juiz na direção do processo	61
32. Princípio da subsidiariedade	62

Capítulo 3 — A lei processual trabalhista

33. A norma processual trabalhista	64
34. As fontes do direito processual do trabalho	64
35. A aplicação da lei processual no tempo	64
36. A aplicação da lei processual no espaço	67

Capítulo 4 — A organização da Justiça do Trabalho

37. A organização da Justiça do Trabalho	68
38. Juízes do Trabalho	69
39. Os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	69
40. Tribunais Regionais do Trabalho	71
41. Tribunal Superior do Trabalho	72
42. Resumo geral da organização judiciária trabalhista	74
43. Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça	75

Capítulo 5 — A competência da Justiça do Trabalho

44. A competência	77
45. As diversas classificações da competência	78
46. A competência material da Justiça do Trabalho	79
47. Ações oriundas da relação de trabalho	79
48. Entes de direito público externo	83
49. Entes de direito público interno	85
50. As prestações de serviço que decorrem de relação de consumo	86
51. Ações que envolvam exercício do direito de greve	87
52. Ações sobre representação sindical	88
53. Mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	89
54. Conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista	91
55. Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	92
56. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores	94

57. Execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir	96
58. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei	97
59. As normas procedimentais	98
60. A competência para a execução de suas próprias decisões	99
61. A unidade da jurisdição	99
62. A competência territorial da Justiça do Trabalho	101
63. As regras procedimentais sobre competência	103

Capítulo 6 — Ação, processo e procedimento

64. A relação jurídica	108
65. O direito de ação	108
66. As condições da ação	110
67. Os elementos da ação	112
68. A classificação das ações	115
69. O processo	116
70. Os tipos de processo	117
71. Os pressupostos processuais	118
72. O procedimento	119
73. Os procedimentos trabalhistas	120
74. O procedimento sumaríssimo	122
75. O procedimento ordinário	126

Capítulo 7 — Os atos processuais

76. Aspectos gerais dos atos processuais	127
77. Classificação dos atos processuais	127
78. Princípios referentes aos atos processuais	128
79. A forma dos atos processuais	130
80. A comunicação dos atos processuais	131
81. A citação	131
82. A intimação	134
83. As cartas	134
84. Os prazos processuais	135
85. Os prazos especiais	137
86. A classificação dos prazos	137
87. Consequências do descumprimento dos prazos	139
88. A contagem dos prazos	140
89. As nulidades dos atos processuais	141

Capítulo 8 — As partes e seus procuradores

90. O conceito de parte	144
91. A pessoa física em juízo	145
92. A pessoa jurídica em juízo	146
93. Princípios processuais referentes às partes	147
94. A sucessão processual	148
95. O litisconsórcio	150
96. As várias espécies de litisconsórcio	151
97. O princípio da autonomia dos coligantes	153
98. O advogado e os honorários advocatícios	154
99. A intervenção de terceiros na lide	158
100. Da assistência	160
101. Da oposição	162
102. Da nomeação à autoria	163
103. Da denúncia da lide	165
104. Do chamamento ao processo	167

Capítulo 9 — A substituição processual

105. A substituição processual	169
106. A posição do Supremo Tribunal Federal	171
107. A extensão da substituição processual pelo sindicato	173
108. As condições da substituição processual pelo sindicato	177
109. A competência territorial na substituição processual	177
110. A individualização dos substituídos e o pagamento dos créditos em execução	177
111. Os limites de atuação do sindicato como substituto processual	178
112. A litispendência entre a ação individual e a coletiva	179
113. O ingresso dos substituídos como litisconsortes do sindicato	181
114. Os honorários advocatícios ao sindicato	182

Capítulo 10 — O Ministério Público do Trabalho

115. Considerações gerais	183
116. O Ministério Público do Trabalho	185
117. O Ministério Público como parte	188
118. A ação civil pública	188
119. Nulidade de cláusula de norma coletiva	192
120. Ações de interesses de menores, incapazes e índios	192
121. O Ministério Público do Trabalho como fiscal da lei	193

Capítulo 11 — A litigância de má-fé

122. Introdução à litigância de má-fé no processo do trabalho	195
123. A compatibilidade dos arts. 14 a 18 do CPC com o processo do trabalho	196
124. A exigibilidade de dolo ou culpa do litigante de má-fé	197
125. O prejuízo da parte contrária	198
126. O art. 35 do CPC	198
127. As hipóteses de litigância de má-fé	199
128. Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (art. 17, I)	199
129. Alterar a verdade dos fatos (art. 17, II)	200
130. Usar do processo para conseguir objetivo ilegal (art. 17, III)	201
131. Opuser resistência injustificada ao andamento do processo (art. 17, IV)	201
132. Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo (art. 17, V)	202
133. Provocar incidentes manifestamente infundados (art. 17, VI)	202
134. Interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório (art. 17, VII)	203
135. Os embargos de declaração meramente protelatórios	205
136. O art. 557, § 2º, do CPC	206
137. Art. 601 do CPC	207
138. Conclusão	209

Capítulo 12 — A petição inicial

139. Os requisitos da petição inicial	210
140. Os fatos e fundamentos do pedido. Os fatos jurídicos e os fatos simples	213
141. O pedido	217
142. Pretensões que estão implícitas nos pedidos	220
143. O indeferimento da petição inicial	221

Capítulo 13 — A resposta do réu

144. A defesa do réu	227
145. As preliminares da defesa processual	228
146. As exceções	232
147. Da contestação e suas espécies	236
148. Do princípio da concentração ou da eventualidade e do princípio da impugnação específica dos fatos	238
149. A reconvenção	240

Capítulo 14 — A audiência de conciliação, instrução e julgamento

150. A audiência trabalhista — aspectos gerais	246
151. Comparecimento do Juiz	248
152. Comparecimento do reclamante	248
153. Comparecimento do reclamado	249
154. As tentativas de conciliação	254
155. A ausência das partes na audiência	256
156. A instrução do processo	257
157. O julgamento da lide	258

Capítulo 15 — As provas judiciais

158. Introdução às provas	259
159. Características gerais das provas	260
160. Princípios gerais da prova	261
160.1. Princípio da imediação (oralidade)	261
160.2. Princípio do contraditório	262
160.3. Princípio da igualdade de tratamento	262
160.4. Princípio da legalidade	263
161. O objeto da prova	264
161.1. Dos fatos notórios	264
161.2. Dos fatos incontroversos	266
161.3. Dos fatos irrelevantes	267
161.4. Dos fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou veracidade	267
162. Dos fatos supervenientes à petição inicial e à defesa	268
163. O ônus da prova	269
164. Art. 818 da CLT <i>versus</i> art. 333 do CPC	270
165. Distribuição do ônus probatório	270
165.1. Princípios de direito do trabalho	271
165.2. Princípio da aptidão para a prova	271
165.3. Regras de pré-constituição da prova	272
165.4. Máximas da experiência	272
165.5. Art. 333 do Código de Processo Civil	273
166. Os meios probatórios	273
166.1. A prova documental	274
166.2. A prova pericial	277
166.3. O depoimento pessoal	280

166.4. A prova testemunhal	283
166.5. A inspeção judicial	289
166.6. A prova emprestada	289
166.6.1. Ingressa sob a forma de documento, mas com o mesmo peso da prova originariamente produzida	290
166.6.2. Devem ser observados os mesmos requisitos da prova documental .	291
166.6.3. Devem ser respeitados os princípios do contraditório e da imediatidade	292
166.6.4. Deve ter o mesmo grau de cognição do processo anterior	292
166.6.5. A necessidade de identidade ou semelhança do fato probando nos dois processos	293
166.7. Direito da parte à prova emprestada	294
166.8. A prova emprestada produzida de ofício	294
167. A avaliação da prova	294

Capítulo 16 — A sentença

168. O juiz	298
169. Os atos do juiz	299
170. O conceito de sentença	300
171. A classificação das sentenças	301
172. A solução do processo de conhecimento	302
173. Sentenças terminativas — a solução do processo de conhecimento sem resolução do mérito	303
174. Sentenças de mérito — a solução do processo de conhecimento com resolução do mérito	305
175. Sentença de improcedência sem a citação do réu	307
176. Os requisitos da sentença	310
177. O princípio da congruência	312
178. O princípio da inalterabilidade	313
179. Ordem dos temas na sentença	314
180. Capítulos da sentença	315
181. A antecipação da tutela	316
182. Os efeitos secundários da sentença	320

Capítulo 17 — A coisa julgada

183. Os tipos de sentença	322
184. A coisa julgada formal e a coisa julgada material	323
185. A função negativa e positiva da coisa julgada	324

186. Os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	325
187. As demandas relativas à relação jurídica continuativa	327
188. A coisa julgada nas ações coletivas	328
189. A relativização da coisa julgada	329

Capítulo 18 — Os recursos trabalhistas em geral

190. Introdução aos recursos trabalhistas	331
191. Classificação dos recursos	335
192. As normas legais aplicáveis aos recursos	336
193. A impugnação das decisões judiciais	337
194. A natureza jurídica dos recursos	338
195. Os recursos, os processos e os procedimentos trabalhistas	339
196. Os princípios recursais	342
196.1. Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias	343
196.2. Princípio da unirecorribilidade (ou da singularidade ou da unicidade recursal)	345
196.3. Princípio da dialeticidade ou discursividade	346
196.4. Princípio da voluntariedade	347
196.5. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	347
196.6. Princípio da fungibilidade	349
197. O efeito dos recursos	349
197.1. Efeito devolutivo	350
197.2. Efeito suspensivo	356
197.3. Efeito substitutivo	357
197.4. Efeito extensivo	358
197.5. Efeito regressivo	358
198. Pressupostos recursais genéricos	358
198.1. Pressupostos recursais intrínsecos	359
198.2. Pressupostos recursais extrínsecos	362
198.2.1. A recorribilidade do ato decisório	362
198.2.2. A tempestividade do recurso	363
198.2.3. O preparo do recurso	364

Capítulo 19 — Os recursos trabalhistas em espécie

199. Os recursos trabalhistas	370
200. O recurso ordinário	371
200.1. Pressupostos extrínsecos do recurso ordinário	371
200.2. Os juízos de admissibilidade	372

200.3.	O art. 515 do CPC	372
200.4.	A tramitação do recurso ordinário	372
201.	O agravo de petição	374
201.1.	Os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do agravo de petição	374
201.2.	Efeito suspensivo do agravo de petição	377
202.	O recurso de revista	379
202.1.	Pressupostos de admissibilidade	380
202.2.	Recurso de revista em processo de conhecimento	381
202.2.1.	Procedimento ordinário	381
202.2.2.	Interpretação divergente de lei federal	382
202.2.3.	Interpretação divergente de norma local	384
202.2.4.	Violação literal de lei federal	384
202.2.5.	Afronta direta e literal da Constituição Federal	385
202.3.	Procedimento sumaríssimo	387
202.4.	O recurso de revista no processo de execução	387
202.5.	A análise de fatos e provas	387
202.6.	O prequestionamento	389
202.7.	A Instrução Normativa n. 23 do Col. TST	390
203.	Os embargos ao TST	391
204.	O recurso extraordinário	393
204.1.	Pressupostos extrínsecos do recurso extraordinário	393
204.1.1.	A tempestividade do recurso	395
204.1.2.	A unirrecorribilidade	396
204.1.3.	O preparo do recurso	396
204.2.	As decisões em única instância	396
204.2.1.	Decisões em última instância pelo Tribunal Superior do Trabalho	398
204.3.	O processamento do recurso extraordinário	398
205.	Os embargos declaratórios	399
206.	O agravo de instrumento	401
207.	O agravo regimental	402
207.1.	A decisão monocrática do relator	403
208.	O recurso adesivo	404
209.	A remessa necessária	406

Capítulo 20 — A execução trabalhista

210.	Introdução à execução	408
211.	Sistema unitário da execução	408

212. Fontes subsidiárias do processo de execução	410
213. Princípios informativos do processo de execução	411
214. A natureza das sentenças e a execução	412
215. A execução definitiva e provisória	413
216. Da competência para a execução	414
217. Os atributos da obrigação constante do título executivo: certeza, liquidez e exigibilidade	414
217.1. Do título certo	415
217.2. Do título líquido	416
217.3. A liquidação de sentença	418
217.3.1. Cálculos de liquidação	420
217.3.2. Artigos de liquidação	421
217.3.3. Arbitramento	422
217.4. Do título exigível	423
218. Os embargos do executado	424
218.1. As matérias alegáveis nos embargos	425
218.2. Matérias a serem conhecidas de ofício pelo juiz	429
219. A impugnação do exequente	429
220. A penhora	430
221. A avaliação dos bens penhorados	431
222. A alienação de bens	431
223. A execução de decisões proferidas contra pessoas jurídicas de direito público	433

Capítulo 21 — Os embargos de terceiro

224. Os embargos de terceiro	435
------------------------------------	-----

Capítulo 22 — A execução das contribuições previdenciárias

225. A execução das contribuições previdenciárias	438
226. Natureza jurídica das contribuições sociais	439
227. A execução das contribuições previdenciárias	440
228. A sentença trabalhista e a natureza jurídica das parcelas deferidas	441
229. Execução de ofício das contribuições sociais	443
230. A liquidação dos valores das contribuições sociais	444
231. A União Federal como parte da execução trabalhista	444
232. A atualização dos débitos trabalhistas	445
233. Os trâmites da execução	446

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS

Capítulo 23 — O inquérito para apuração de falta grave

234. As garantias provisórias no emprego	451
235. Formalidades para a dispensa dos empregados com garantia provisória no emprego .	452
236. O inquérito para apuração de falta grave	452
237. O trâmite do inquérito judicial para apuração de falta grave	453

Capítulo 24 — Os dissídios coletivos

238. Os dissídios individuais e coletivos de trabalho	456
239. A classificação dos dissídios coletivos	457
240. Os dissídios coletivos de natureza econômica	459
241. Os pressupostos processuais e as condições da ação do dissídio coletivo	460
241.1. Os pressupostos processuais	460
241.2. Das condições da ação	462
242. Os dissídios coletivos de natureza jurídica	466
243. Os dissídios coletivos de greve	467
244. O trâmite processual dos dissídios coletivos	467
245. O julgamento do dissídio coletivo	470
245.1. O poder normativo da Justiça do Trabalho	470
245.2. Os limites do poder normativo da Justiça do Trabalho	471
245.3. A sentença normativa	473
245.4. Os recursos cabíveis	475
246. A execução da sentença normativa	476

Capítulo 25 — A ação de cumprimento

247. A ação de cumprimento	477
248. A natureza jurídica da ação de cumprimento	478
249. As matérias discutidas no âmbito das ações de cumprimento	479
250. A legitimidade na ação de cumprimento	481
251. A instrução processual	482
252. Julgamento do pedido	484
253. A execução da sentença na ação de cumprimento	484
254. A prescrição na ação de cumprimento	489

AS AÇÕES CIVIS ADMITIDAS NO PROCESSO DO TRABALHO

Capítulo 26 — A ação rescisória

255. Aspectos gerais da ação rescisória	493
256. A coisa julgada material	494
257. A competência	497
258. O prazo decadencial	498
259. A legitimidade para a ação rescisória	501
260. A petição inicial	501
261. As hipóteses de cabimento da ação rescisória	504
261.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	505
261.2. Juiz impedido ou absolutamente incompetente	506
261.3. Dolo da parte ou colusão entre as partes	507
261.4. Ofensa a coisa julgada	509
261.5. Violação literal de lei	510
261.6. Prova falsa	512
261.7. Documento novo	512
261.8. Invalidação de confissão, desistência ou transação	513
261.9. Erro de fato	514
262. A resposta do réu	515
263. A instrução processual	515
264. O julgamento	515
265. O recurso	516

Capítulo 27 — O mandado de segurança

266. O mandado de segurança	518
266.1. Os requisitos para o mandado de segurança	519
266.1.1. Direito líquido e certo, individual ou coletivo	520
266.1.2. Ilegalidade ou abuso de poder	521
266.1.3. Violação de direito ou justo receio de sofrê-lo	522
266.1.4. Ato de autoridade	522
266.2. Restrições ao cabimento do mandado de segurança	523
266.3. Processamento do mandado de segurança	524
266.4. Partes	526
266.5. Prazo para a impetração	526
266.6. O mandado de segurança nas lides trabalhistas	527

Capítulo 28 — O *habeas data*

267. O <i>habeas data</i>	528
---------------------------------	-----

Capítulo 29 — A ação de consignação em pagamento

268. A ação de consignação em pagamento	531
---	-----

Capítulo 30 — Das medidas cautelares

269. Considerações gerais sobre o processo cautelar	539
270. Os requisitos do processo cautelar	540
271. As características do processo cautelar	541
272. Classificação das ações cautelares	542
273. O trâmite da ação cautelar	542
274. O arresto e o sequestro	543
275. Outras medidas acautelatórias	544

Capítulo 31 — A ação monitória

276. A ação monitória	545
-----------------------------	-----

Referências bibliográficas	549
----------------------------------	-----